DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 363/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/10868/2018
PROTOCOLO	: 1933363
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
TIPO DE PROCESSO	: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
RELATOR	: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL. PROVENTOS INTEGRAIS. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS. PELO REGISTRO.

Vistos, etc.

Em exame o ato de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, concedida pela Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul ao servidor **Alessandro Rogério de Mendonça Capobianco**, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 133.445.648-89**, titular efetivo do cargo de **Delegado de Polícia**.

No transcorrer da instrução processual, após proceder à verificação dos documentos que compõem o feito, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência mediante a Análise **"ANA - DFAPP – 10269/2021"** (fls. 53-54) acompanhada pelo i. Representante do Ministério Público de Contas no Parecer **"PAR - 3ª PRC – 13473/2022"** (fl. 55), manifestaram-se pelo **Registro** do ato em apreço.

É o relatório.

Preliminarmente, forte no art. 4º, III, "a", c/c arts. 10 e 11, I, da Resolução n.º 98/2018, em razão da matéria, a competência para o julgamento do feito em comento é do Juízo Singular.

Verifica-se que foram observadas as disposições regimentais, razão pela qual se passa ao julgamento da matéria relativa ao Ato de Pessoal, conforme consta do art. 21, III c/c 34, II, da Lei Complementar n.º 160/2012.

O benefício previdenciário, fixados **integrais**, conforme verificado na Apostila de Proventos (fl. 50), observou a legislação aplicável à matéria, estando amparada nos termos do § 1º, do art. 41, e art. 78 da Lei n. 3.150, de 22/12/2005, c/c § 1º do art. 147 da Lei Complementar n. 114, de 19/12/2005, c/c. inciso II, alínea "a", do art. 1º, da Lei Complementar Federal n. 51, de 20/12/1985 com redação dada pela Lei Complementar n. 144, de 15/05/2014, conforme Portaria "P" AGEPREV n. 1.358/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 9.735, de 05/09/2018.

Ante o exposto, acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I - PELO REGISTRO da **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, concedida pela Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul ao servidor **Alessandro Rogério de Mendonça Capobianco**, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 133.445.648-89**, titular efetivo do cargo de **Delegado de Polícia**, conforme Portaria "P" AGEPREV n. 1.358/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 9.735, de 05 de setembro de 2018, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar n.º 160/2012;

II - PELA REMESSA dos autos ao Cartório para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei

Complementar n.º 160/2012, e encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, “a”, do RITC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 02 de fevereiro de 2022.

WALDIR NEVES BARBOSA
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA